

PETICÃO

Diário de Notícias Terça-feira 5/1/2021



Opinião
Fernanda Câncio

Quem policia a polícia das polícias?

A primeira vez que ouvi falar de um órgão independente fiscalizador das polícias ao qual os cidadãos podiam apresentar queixa de abusos de poder foi a meio dos anos 1980, quando, estagiária no *Expresso*, entrevistei o então provedor de Justiça, Ângelo de Almeida Ribeiro, no âmbito de um trabalho sobre violência policial. Falou-me com entusiasmo da Police Complaints Authority, uma comissão independente britânica que investigava os casos de alegada violência policial: era um sonho dele, e passou a ser também meu.

Quando ex anos depois, após o homicídio e decapitação de Carlos Rosa em maio de 1986 num posto da GNR, o governo Guterres finalmente criou o que apresentava como um organismo para "a defesa dos direitos dos cidadãos e potenciador da dignificação das entidades policiais", a Inspeção-Geral da Administração Interna (que o governo anterior, chefiado por Cavaco Silva, tinha posto no papel em vésperas das legislativas de 1995), pensei, quer pelo perfil do homem que foi escolhido para a dirigir — o magistrado Rodrigues Maximiano — quer pelo do então ministro da Administração Interna, Alberto Costa, que finalmente a democracia e o Estado de direito iam entrar nas forças policiais.

Depois de durante anos me deparar, nas várias investigações que fiz sobre homicídios perpetrados por polícias, com a total opacidade e animosidade das corporações, como com a ausência de registo de casos de morte, de queixas de violência e de uso de armas de fogo (apesar de os regulamentos a tal obrigarem) e, nos julgamentos de agentes e de colegas e chefes, esperanças minguadas a sério. E houve, passado algum tempo, os relatórios da IGAI tinham listagens dos mortos causados pela atividade policial e davam conta do resultado dos inquéritos atinentes a esses casos.

Mais, após uma série de mortes causadas por disparos policiais sobre veículos em movimento, a IGAI deu a conhecer a sua interpretação da lei — disparar nessas circunstâncias é disparar sobre pessoas e portanto só admitido em caso de real risco de vida para o agente ou terceiros; não há lá isso de "tentar disparar para os pneus para imobilizar a via-tura e com tanto azar que acertei na cabeça de um dos passageiros, o qual que não me ocorreu de todo poder acontecer".

Viat em 2006 um inspetor-geral da Administração Interna, o juiz Clemente Lima, falou

da necessidade de acabar com o "xerifado que campeava" nas polícias. Mas Clemente Lima saiu — mais ou menos empurrado pelo então ministro da Administração Interna, António Costa — e a IGAI foi perdendo importância, visibilidade e, parece-me, independência.

Até chegarmos a situações como a de investigação à carga policial de novembro de 2012, na qual dezenas de pessoas foram agredidas e detidas; após mais de dois anos de investigação, conclui a IGAI que tinha havido "abuso de poderes funcionais", agressões com bastão na cabeça e até na cara (o que é totalmente proibido), condutas ilegais à esquadra e até colocação em celas de pessoas que não tinham sido detidas formalmente, mais uma miríade de outros graves abusos, mas que como as caras das polícias estavam "escondidas pelos capacetes e viseiras" nada podia fazer, tendo arquivado tudo.

Tês anos depois, no famoso caso da esquadra da PSP de Alfragide, a IGAI voltava a primar pelo arquivamento: instaurou nove processos disciplinares e arquivou sete. No mesmo caso, como se sabe, o MP foi muito mais longe: acusou 18 polícias, tendo 17 ido a julgamento e sido condenados oito. A situação não é só bizarra: cria problemas práticos complicados, já que agora não se sabe o que pode a PSP fazer em relação aos agentes condenados no justicijus cujos processos disciplinares tenham sido arquivados pela IGAI.

O problema, porém — e já seria muito mau — não está só nesta manifesta falta de proibições. A instituição que era suposta tornar as polícias mais transparentes opacificou-se. Os seus relatórios são sempre "confidenciais", para poder consultá-los é preciso pedir acesso por escrito e esperar por "despacho" — que pode vir ou não vir, sem que o critério se perceba.

Por exemplo o relatório sobre a morte de Ihor Homeniuk só chegou aos jornalistas porque foi junto no processo criminal. E o DN está há semanas, sem sucesso, a pedir informação sobre as inspeções que foram ao longo dos anos feitas aos centros de detenção de estrangeiros do SEF (como aquele em que morreu Ihor), e às recomendações feitas na sequência delas. Na edição de hoje, relevamos o conteúdo de um desses relatórios — ao qual chegámos por outra via que não a IGAI — e constatamos que irregularidades e falhas encontradas em 2015 no centro de detenção do Porto voltaram a ser detetadas no de Lisboa, algumas das quais relacio-

Recurso Anunciado art. 246 CPP 13
26 e 27 CRP, leis 67/98 e 26/2016
retirando o meu nome para a petição
Ser pública e publicada no site da AN
mas a unidade IGAI de ser privada.
A Petição está perfettamente identificada:
junto: AT

- formulário
- PI escrita
- 7 Doc's

66
O escândalo da morte de Ihor Homeniuk tornou clara, se não o era já, a importância do organismo que fiscaliza as polícias. E se a investigação da Inspeção-Geral da Administração Interna neste caso satisfaz, e sua atuação em geral está muito longe disso. É tempo de encontrar outra fórmula.

nadas com a morte de Ihor. Ou seja, as recomendações da IGAI ou não foram aplicadas ou só o foram no Porto — o que leva também a questionar a eficácia da sua ação e o tipo de seguimento que dela faz.

De resto, se o relatório sobre a morte de Ihor resulta bastante duro, ao propor 13 processos disciplinares, ficou aquém da total clarificação e imputação de responsabilidade des: foi até um certo ponto na hierarquia do SEF e parou.

Algo que ficou bastante evidente quando o ministro da tutela, Eduardo Cabrita, anunciou, em dezembro, ter mandado instaurar mais um processo disciplinar — desta vez a um dos inspetores do topo da hierarquia do SEF e chefe do gabinete de inspeção interna, João Ataíde. Encarregado de averiguar sobre a morte do cidadão ucraniano — quando alguém morre em custódia policial é obrigatório haver um processo de averiguações interno — Ataíde nada encontrou de anormal. Mas, como o DN noticiou em primeira mão, o relatório da IGAI, que ficou pronto em outubro, nem sequer menciona a obrigatoriedade desse processo de averiguações interno quanto mais o resultado do mesmo. Tão pouco li encontramos informação sobre o que sobram — e como, por quem e quando — a direção regional de Lisboa e a direção nacional do SEF das circunstâncias do óbito de Ihor. Apesar de a IGAI acusar o ex-diretor de Fronteiras de Lisboa, Sérgio Henriques, de ter orquestrado o encobrimento do caso, não se debruça sobre o que terá ou não dito aos seus superiores hierárquicos. Difícil de compreender, não?

Não há sistemas perfeitos e decerto haverá sempre falhas em qualquer polícia das polícias. Mas a sua inaceitável opacidade a IGAI junta uma suspeição permanente de falta de independência, por depender da mesma tutela política das forças que fiscaliza. Claro que a possibilidade de interferência existe sempre — mais que não seja pela dotação ou não de meios por parte dos governos — mas é altura de estudar os modelos de fiscalização das polícias doutros países e perceber se não há algo que funcione melhor. Olhar por exemplo para a sucessora da Police Complaints Authority, a independent Police Complaints Commission, não há dúvida em que as polícias estão a ser investigadas e falhas encontradas em 2015 no centro de detenção do Porto voltaram a ser detetadas no de Lisboa, algumas das quais relacio-

Journalista

REPÚBLICA
A.R.P. / EXPEDIENTE
N.º 684393
Entrada 3/9/21
Proc.º 120.01.12
Recebido 9/9/21

PORTUGUESA
ECONOMIA

ASAE
SEÇÃO DE EXPEDIENTE GERAL
ENTRADA

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica



17. DEZ 2019

Registo de Queixa/Denúncia Telefónica ou Presencial

Data: 17.12.2019	Hora:
Local da participação: ASAE Sede	

DENUNCIANTE

Comissão de Inquirição a ASAE Pelo crime de Propagação da Doença COVID-19??

E-mail:

N.I.P.C.:

OCORRÊNCIA

Data: VARIAS	Hora:
Local:	
Matéria denunciada: Agua Pijua bole 1,5 litros, sem gas, como foi aberto Pijua Noce, 1º Dezembro, Jativa Fº 04510061901020617/220830 de 12.12.2019 - Agua provavelmte imediatamente aspirada que durou em longos minutos. Comecei com corrimento nasal. Passado 3h e meia comecei a tossir com pulso rápido. - A agua tem virus. - Pós-me doente, tive de regressar ao hospital de São Maria, caberho que juntos (e outros) - Bateu viz a agua não tem virus. Tem Virus Agua Anulam, 0,5 litros, sem gas, aberto, 3 jaltada, novo caso bronquite Jativa Anulam, Grelha n.º 4060022019120000/006452 de 14.12.2019 - Agua com gas, 0,5 litros, aberto, novo caso (nao repujatei) cavado. Continuati a tossir Jativa FSAAT 023/429325 de 12.12.2019 Agua Sabonete 0,5 litros, sem gas, aberto, novo caso imuna na digestão	

ELABORADO POR: DAJC / DRAL / UNO	HOMOLOGADO POR: Inspetor-Geral
----------------------------------	--------------------------------

684393
24.09.2021

Petição

Lei 43/90

. LEPD

. art. 52º CRP

Ex.º Sr.

Presidente da

A.R. e

grupos

Parlamentares

União dos Juízes Nacionais e
residente no

sem apresentar Petição:

- Para a Instauração de Comissão de Inquérito à
ASAE pela Omissão de Propagação de Doença
COVID-19 ??

- 1º vide Docs; Carta de Queixa, a presidente da ASAE a
14.12.2019, 3 meses antes das primeiras mortes de
Covid-19, em PORTUGAL!!
- 2º Doc 2, que se levou ao Sudoeste Alentejo, após ingestão de
água engarrafada, que se provocou, febre, erupções e
dificuldades respiratórias, com pulsação de cerca 100 batimentos por minuto.
- 3º R/x com características típicas de Covid-19, Doc 3 e vide
relatório Doc 2.
- 4º Há um filme de Steven Seagal, "O Patriota", em que
uma gripe, mortal, (vide filme, foto Doc 4, Inquérito de queixa),
é propagada por gotas na água, bactérias de vírus
- 5º Doc 5, Indicações a digerelem, que os corpos, largados nos
gaúchos propagavam o Covid-19, há semanas
- 6º Doc 6, Como a água é um veículo fácil, sendo o Doc 4,
(as gotas podem ser colocadas, em qualquer lado), a água
torne-se, a morte, "a Bringer of Death".
- 7º Como a Câmara de Lisboa, fechou todos os cheques (vide Petição de
hoje entregue), Sabiam ??
- 8º Porque arquivou, a ASAE, a Investigação ??

COMISSÃO DE INQUÉRITO A ASAE, já ??